

Fotos: Nehil Hamilton



As obras na expansão do Setor Residencial Leste estão embargadas desde 8 de março e não há prazo para que sejam retomadas. Com isso, 92 famílias estão à espera de poder terminar suas casas

FAMÍLIAS INVADEM TERRENOS DE COOPERATIVA NO SETOR LESTE DE PLANALTINA

GOVERNO EMBARGA E CASAS SÃO INVADIDAS



Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

A situação não poderia ser pior. O capim toma conta de dezenas de casas inacabadas na expansão do Setor Residencial Leste, em Planaltina. E quem não começou a construir teve o lote vazio invadido. Os barracos de madeirite favelizaram a área que tem ruas abertas, alguns postes de luz e abastecimento de água por caminhão-pipa. As famílias que têm direito de morar no local olham, reclamam, mas não podem fazer nada.

Por ordem da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar), as obras estão embargadas desde 8 de março. Não podem começar ou terminar suas casas. Os lotes foram repassados a cooperativas e a associações habitacionais no final do ano passado, por meio do programa de grupos organizados, que acabou extinto pelo governador Joaquim Roriz. A justificativa para o embargo é a falta de documentação.

"Essas obras não foram autorizadas. A Administração Regional não pode liberar o alvará de construção se os cooperados não têm o termo de concessão de uso do terreno", explica o advogado Herman Barbosa, subsecretário das Administra-



A faxineira Odília invadiu um dos lotes da Cooperativa: "Não tinha ninguém"

ções Regionais. O embargo atingiu também cooperativas que receberam lotes em outras cidades do Distrito Federal, como Samambaia e Recanto das Emas.

O Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab) não tem o levantamento de quantas obras estão embargadas. Mas aponta que o maior problema está em Planaltina, na expansão do Setor Leste, onde 42 grupos organizados receberam lotes no governo anterior. Somente a Associação dos Moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima (Avifátima) tem 92 cooperados esperando a liberação dos terrenos para construir suas casas. Enquanto isso, moram de favor ou pagam aluguel.

É o caso da costureira Ana Maria de Moura, de 51 anos. Ela e os dois filhos, de 7 e 16 anos dividem a cama de casal, num quatinho de fundos construído em um lote do Jardim Roriz. "Meu filho de sete anos tem de brincar em cima da cama. Não tem espaço no quarto pra mais nada. Não entendo por que o governo fica dificultando nossa vida. O

lote não é nosso? Por que ficam segurando o alvará", questiona.

SEM O LOTE

O pior é que os lotes vazios são alvo fácil para os invasores. Na quadra 26, Conjunto J, por exemplo, dos 24 terrenos demarcados pelo governo anterior, 22 foram invadidos. A faxineira Odília Pereira da Silva, de 35 anos, mora há três meses no lote 22. "Entre aqui e construí meu barraco. Estava cercado, mas não tinha ninguém", explica ela, que antes morava num barraco de fundos, no terreno da irmã, no Jardim Roriz.

No barraco de madeirite de apenas um cômodo, Odília mora com o marido, que é pedreiro, e o filho de 19 anos, desempregado. "Sou inscrita no Idhab desde 91 e nunca me deram lote. Eu moro há dez anos no Distrito Federal e nunca me deram nada", afirma a faxineira, que nasceu em Iaciara, Goiás. "Fico impressionada com a distribuição de lotes. Tem gente com carro bom, que não precisa e ganha. E não sai nada pra mim, que preciso."

O pedreiro Altino Pereira Evangelista Neto, de 21 anos, também invadiu um lote. A casa pequena, de um quarto e sala, já está praticamente pronta. O chão de concreto ainda está fresco. Só falta rebocar as paredes e pintar. "Esse lote não é meu, não. É de uma mulher, que tem um lote no nome dela e outro no do marido. Como não podia ficar com os dois, ela cedeu um para a minha sogra. E eu vou morar aqui com minha mulher e o Lucas Matheus", diz ele, referindo-se ao filho recém-nascido, de um mês.

"Esses invasores são espertos. Invadiram nossos lotes porque têm iluminação e a água chega pelo caminhão-pipa. No conjunto I da quadra 26 fizeram a mesma coisa. Treze dos nossos 19 lotes foram invadidos. Veja se invadem os demais, lá pra cima, sem água e luz", reclama Odetino Pereira Dias, um dos diretores da Avifátima.

SÓ VIGIANDO

Realmente, muitas obras inacabadas, próximas ao Caic, estão abandonadas, tomadas pelo mato. O ajudante de pedreiro Erasmo Francisco Viana, de 29 anos, não trabalha desde 21 de maio. Foi quando os fiscais da Administração Regional embargaram as obras. Em algumas casas só faltava colocar o telhado.

"Todo dia aparece uma família aqui. Falam que estão precisando das casas", conta Erasmo, que dorme em uma construção inacabada. "O encarregado da obra pediu para eu vigiar. Senão é capaz de roubar tijolos e todo o material de construção", explica o ajudante de pedreiro, que torce para o embargo terminar logo.

Desde que as obras foram paralisadas, ele não recebe mais os R\$ 8,00 por dia trabalhado. "Estou aqui

vigiando, mas não sei se vou ganhar por isso", afirma. Erasmo veio de Aparecida de Goiânia (GO) para trabalhar na construção das casas de cooperados. "Queria juntar uma graninha para poder construir o meu barraco, lá em Aparecida."

O presidente do Idhab, João Carlos de Medeiros, diz que não há previsão para o cancelamento do embargo. Ele explica que as 224 cooperativas cadastradas serão convocadas, por etapas, a corrigirem eventuais irregularidades nos convênios assinados. Segundo ele, a análise só não começou porque toda a documentação está em poder da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga, na Câmara Legislativa, a distribuição de lotes feita durante o governo de Cristovam Buarque.

"As cooperativas não podiam começar as obras sem alvará de construção. Há pendência jurídica nos lotes. As administrações foram omissas no governo anterior ao não embargar essas construções", explica João Carlos. "As cooperativas serão convocadas para resolver todas essas pendências. Só estamos dependendo da liberação dos documentos pela CPI. Talvez ainda esta semana nos sejam enviados." Também não previsão para a remoção dos invasores. "Não temos condições de tirá-los de lá. Depende de uma operação do SivSolo (Sistema Integrado de Vigilância do Solo)", explica o administrador Nilton Guimarães.

Remédio em casa

ROSÁRIO
323-1818